

**CLIPPING IMPRESSO**

**07/09/2022**



# INDICE

---

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	1
1.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	2 - 3
2. JORNAL O PROGRESSO	
2.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	4 - 5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6

## CELERIDADE JUDICIAL

# Judiciário já virtualizou 90% dos processos

A Justiça estadual do Maranhão já virtualizou 90,88% do acervo geral de 1.074.470 processos judiciais existentes nas varas, juizados especiais e turmas recursais, em todo o Estado. Os processos que ainda tramitam em papel são apenas 9,12% do total, que deverão estar 100% virtuais e tramitando em meio eletrônico até o final de 2023.

A previsão foi feita pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), com base em dados estatísticos extraídos dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJE) e TermoJuris, programas de acompanhamento da atividade judicial e do andamento do projeto de migração e virtualização dos processos na Justiça estadual.

De acordo com levantamento realizado pela assessoria de informática da CGJ-MA, do acervo total de processos existentes na Justiça de primeiro grau (1.074.470), 976.426 (90,88%) já são eletrônicos e 98.044 (9,12%) físicos. Isso significa que a maioria tramita e pode ser acessada e movimentada pela internet, pelas partes interessadas, de qualquer lugar.

Segundo dados do sistema TermoJuris, desta terça-feira, 6, desde o início do projeto, em 2019, 328.378 processos foram virtualizados, passando do papel para o computador, e agora tramitam em meio exclusivamente eletrônico. Esses se somam aos que já são autuados em formato virtual, nas unidades 100% digitais. A maioria dos processos virtualizados é de natureza cível (231.751) e os demais, criminais (96.627), acompanhando o perfil da demanda de ações na Justiça estadual.

## BENEFÍCIOS DA VIRTUALIZAÇÃO PROCESSUAL

Dentre os benefícios da virtualização, o Judiciário aponta a otimização do uso dos recursos físicos, humanos

e orçamentários; maior transparência, publicidade dos atos e ordens judiciais; racionalização das rotinas de trabalho, trabalho a distância, economia de recursos materiais e celeridade processual, que repercutem na qualidade e na efetividade da prestação da Justiça ao cidadão.

## DIGITALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

A virtualização processual é realizada em conjunto pelo Tribunal de Justiça do Estado e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, envolvendo ações de diversos setores, de forma integrada, nas atividades de digitalização dos autos, migração e virtualização nos sistemas eletrônicos.

O projeto foi retomado na mudança de gestões no Poder Judiciário, em abril deste ano, e até o final e agosto já tinham sido migrados para o ambiente virtual mais de 50 mil processos judiciais, que tramitam, exclusivamente, por meio eletrônico. Agora, a virtualização processual entra em uma nova fase, com o recebimento dos processos físicos vindos do interior do estado para digitalização dos autos e posterior migração para o ambiente virtual. “As primeiras comarcas que vão receber as equipes do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de receber esses processos, são aquelas com maior número de processo ainda tramitando de forma física”, informou o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, da Coordenação de Digitalização de Processos do Primeiro Grau e diretor da secretaria da Corregedoria.

## REMESSA DE AUTOS PARA DIGITALIZAÇÃO

A Corregedoria do Judiciário articula, junto os juízes das comarcas e unidades judiciais, a remessa dos au-

tos físicos do interior do estado para a Central de Digitalização e Migração, que funciona no Fórum de São Luís.

De acordo com o cronograma do projeto, já receberam as equipes do projeto as comarcas de Humberto de Campos, Rosário e Barreirinhas, Vargem Grande e Chapadinha, em agosto. Apenas nessas comarcas já foram encaminhados para digitalização cerca de 10 mil processos. As próximas comarcas a serem visitadas serão Imperatriz – onde se estima o recebimento de mais 10 mil processos somente nesta comarca –, São Mateus e Coroatá, com cerca de cinco mil processos, em setembro.

## DIGITALIZAR JÁ

As atividades de virtualização de processos seguem diretrizes do “Digitalizar Já”, instituído no Judiciário maranhense por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pela presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria.

Foram instaladas centrais de digitalização e virtualização nos fóruns de São Luís e Imperatriz, as duas maiores comarcas do Estado, que contam com o apoio de mão-de-obra de detentas do sistema prisional e estudantes universitários. Os secretários judiciais das comarcas passaram por treinamento sobre os procedimentos necessários à virtualização dos autos.

A CGJ-MA também publicou em sua página da internet ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)) uma cartilha explicativa e material de orientação, além de atos normativos. O cidadão pode acompanhar a evolução da virtualização na Justiça estadual por meio do aplicativo “TermoJuris”, também disponível no endereço eletrônico do órgão na internet.

## PEDALADA

# Ciclismo: uma paixão dos ludovicenses

A relação do esporte, da saúde e a ligação com a cidade, move os adeptos do ciclismo na capital maranhense, que completa 410 anos em 2022

ARTHUR EVERTON

Especial para O Imparcial

No dia do aniversário dos 410 anos de São Luís, vamos falar sobre uma das paixões de várias pessoas que vivem na cidade e que celebram em suas vias, ruas, trilhas e avenidas, a beleza da cidade. O ciclismo, para essas pessoas, é uma das formas de manifestar todo o amor que sentem pela natureza e pela vida. Afinal, é um meio de transporte sustentável e que ajuda a melhorar a saúde de quem usa.



Eduardo Protázio, Priscilla Costa e Valquíria Santana são exemplos de ludovicenses que são apaixonados por esse esporte que vem crescendo na capital nos últimos anos, e que mesmo com agruras, segue juntando mais fãs dessa modalidade de esporte.

Para o empresário Eduardo Protázio, de 46 anos, o ciclismo tem total importância na sua vida. A prática desse esporte se faz presente na sua vida há três anos. “O ciclismo ele me arrebatou, pois é uma atividade que

traz diversos benefícios físico e principalmente mental. Eu pratico ciclismo quase que diariamente. É uma necessidade orgânica que tenho, além de me manter saudável, calmo, concentrado e me ajudar a refletir”.

---

*O ciclismo ele me arrebatou, pois é uma atividade que traz diversos benefícios físico e principalmente mental*

---

O empresário começou pedalando juntamente com amigos fazendo somente trajeto orla, decidiu entrar então em um grupo de ciclismo chamado Pedal Bike que possui uma história de dez anos de atividades ciclísticas. Conectados por essa paixão, Eduardo juntamente com seus amigos decidiram, em 2020, criar o próprio grupo de ciclismo chamado Cazumbike.

### **Ocupação delas nas ruas**

A servidora pública do Tribunal de Justiça do Maranhão, Priscilla Costa, de 40 anos, participa de um grupo de ciclismo chamado Pedal das Minas que é um grupo formado por mulheres, e que além de desfrutarem do lazer que a atividade proporciona, discutem políticas de mobilidade e também de mulheres.

“Eu faço parte do grupo Pedal das

Minas, que é um grupo formado por mulheres e nós estamos nessa bandeira de ocupar as ruas. Nosso grupo é formado por mulheres, que lideram os percursos de pedais”.



---

*Nosso grupo é formado por mulheres, que lideram os percursos de pedais*

---

## *Pedal das Minas e o meio de transporte*



### **O GRUPO PEDAL DAS MINAS VEM CRESCENDO A CADA DIA**

Em 2018, Priscilla comprou uma bicicleta e praticava apenas triatlo, o que acabava se tornando uma limitação, pois utilizava apenas para treinar. Quando ela se juntou com o grupo Pedal das Minas foi possível para ela entender o processo de mobilidade e participar de pautas políticas, além de utilizar bastante a bicicleta como meio de transporte. “O fato de pedalar, de você se movimentar, de ir pro serviço de bike, de fazer essas pequenas coisas já encará-la com um meio de transporte, você começa a observar São Luís e outros lugares de outra forma. A bike é muito importante na minha vida hoje, porque é um meio que utilizo como transporte, lazer e divertimento”.



Valquíria Santana, outra integrante do Pedal das Minas, relata que o ciclismo é muito importante em sua vida, principalmente no aspecto físico e mental. Além de usar como lazer, ela também utiliza a bicicleta como meio de transporte para ir ao trabalho. “Hoje não consigo ver a minha vida sem a bicicleta, pois utilizo como meio de transporte para ir ao supermercado, passeio, lazer e esporte. Eu pedalo todos os dias, de segunda a sexta, e nos finais de semana realizo trilhas com o meu grupo de São Luís para cidades próximas”.

O que esses ciclistas também revelam, não em palavras, mas em atitudes, é a ligação com a cidade. A cada pedal, se chegar ao destino e não tirar fotos, não deixar registrado, não adiantou. “É nossa forma de mostrar nossa alegria por estar ali naquele lugar. Nossa forma de visitar os pontos turísticos, ao mesmo tempo em que praticamos o pedal”, disse Valquíria Santana.

## MODERNIZAÇÃO E CELERIDADE PROCESSUAL

# Judiciário do Maranhão já virtualizou 90% dos processos em varas e juizados

A Justiça estadual do Maranhão já virtualizou 90,88% do acervo geral de 1.074.470 processos judiciais existentes nas varas, juizados especiais e turmas recursais, em todo o Estado. Os processos que ainda tramitam em papel são apenas 9,12% do total, que deverão estar 100% virtuais e tramitando em meio eletrônico até o final de 2023.

A previsão foi feita pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), com base em dados estatísticos extraídos dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJE) e TermoJuris, programas de acompanhamento da atividade judicial e do andamento do projeto de migração e virtualização dos processos na Justiça estadual.

De acordo com levantamento realizado pela assessoria de informática da CGJ-MA, do acervo total de processos existentes na Justiça de primeiro grau (1.074.470), 976.426 (90,88%) já são eletrônicos e 98.044 (9,12%) físicos. Isso significa que a maioria tramita e pode ser acessada e movimentada pela internet, pelas partes interessadas, de qualquer lugar.

Segundo dados do sistema TermoJuris, desta terça-feira, 6, desde o início do projeto, em 2019, 328.378 processos foram virtualizados, passando do papel para o computador, e agora tramitam em meio exclusivamente eletrônico. Esses se somam aos que já são

autuados em formato virtual, nas unidades 100% digitais. A maioria dos processos virtualizados é de natureza cível (231.751) e os demais, criminais (96.627), acompanhando o perfil da demanda de ações na Justiça estadual.

### BENEFÍCIOS DA VIRTUALIZAÇÃO PROCESSUAL

Dentre os benefícios da virtualização, o Judiciário aponta a otimização do uso dos recursos físicos, humanos e orçamentários; maior transparência, publicidade dos atos e ordens judiciais; racionalização das rotinas de trabalho, trabalho a distância, economia de recursos materiais e celeridade processual, que repercutem na qualidade e na efetividade da prestação da Justiça ao cidadão.

### DIGITALIZAÇÃO, MIGRAÇÃO E VIRTUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

A virtualização processual é realizada em conjunto pelo Tribunal de Justiça do Estado e Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, envolvendo ações de diversos setores, de forma integrada, nas atividades de digitalização dos autos, migração e virtualização nos sistemas eletrônicos.

O projeto foi retomado na mudança de gestões no Poder Judiciário, em abril deste ano, e até o final e agosto já tinham

sido migrados para o ambiente virtual mais de 50 mil processos judiciais, que tramitam, exclusivamente, por meio eletrônico. Agora, a virtualização processual entra em uma nova fase, com o recebimento dos processos físicos vindos do interior do estado para digitalização dos autos e posterior migração para o ambiente virtual.

“As primeiras comarcas que vão receber as equipes do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça, com o objetivo de receber esses processos, são aquelas com maior número de processo ainda tramitando de forma física”, informou o juiz José Jorge Figueiredo dos Anjos Júnior, da Coordenação de Digitalização de Processos do Primeiro Grau e diretor da secretaria da Corregedoria.

### REMESSA DE AUTOS PARA DIGITALIZAÇÃO

A Corregedoria do Judiciário articula, junto os juízes das comarcas e unidades judiciais, a remessa dos autos físicos do interior do estado para a Central de Digitalização e Migração, que funciona no Fórum de São Luís.

De acordo com o cronograma do projeto, já receberam as equipes do projeto as comarcas de Humberto de Campos, Rosário e Barreirinhas, Vargem Grande e Chapadinha, em agosto. Apenas nessas comarcas já foram encaminhados para digitalização

cerca de 10 mil processos. As próximas comarcas a serem visitadas serão Imperatriz – onde se estima o recebimento de mais 10 mil processos somente nesta comarca –, São Mateus e Coroatá, com cerca de cinco mil processos, em setembro.

### DIGITALIZAR JÁ

As atividades de virtualização de processos seguem diretrizes do “Digitalizar Já”, instituído no Judiciário maranhense por meio das Portarias Conjuntas Nº 15/2019 e Nº 16/2019, assinadas pela presidência do Tribunal de Justiça e pela Corregedoria.

Foram instaladas centrais de digitalização e virtualização nos fóruns de São Luís e Imperatriz, as duas maiores comarcas do Estado, que contam com o apoio de mão-de-obra de detentas do sistema prisional e estudantes universitários. Os secretários judiciais das comarcas passaram por treinamento sobre os procedimentos necessários à virtualização dos autos.

A CGJ-MA também publicou em sua página da internet ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)) uma cartilha explicativa e material de orientação, além de atos normativos. O cidadão pode acompanhar a evolução da virtualização na Justiça estadual por meio do aplicativo “TermoJuris”, também disponível no endereço eletrônico do órgão na internet. (Asscom - CGJ)

Divulgação



**Comarcas estão sendo visitadas para o recolhimento e remessa de processos para a Central de Digitalização**

# TJMA e PGJ firmam acordo para mediações tributárias em Timon

*O incentivo às mediações tributárias promove nova cultura nas relações entre o particular e os entes públicos*

Com o objetivo de promover mediações tributárias e econômicas na região de Timon, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a Procuradoria Geral da Justiça (PGJ) firmaram termo de cooperação, nessa terça-feira (6). Na ocasião, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten e o procurador-geral da Justiça, Eduardo Jorge Hiluy Nicolau assinaram o documento.

Com o acordo, a partir de agora, a 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa da Ordem Tributária e Econômica, por intermédio de seu Núcleo de Mediação, viabilizará audiências de mediação sobre os assuntos de competência da unidade, antes da entrada da ação no Poder Judiciário, para firmar acordos que serão homologados, por

sentença, na Vara de Fazenda Pública. A iniciativa colabora para a desjudicialização da Execução Fiscal, reduzindo o volume de processos na Justiça maranhense e a desobstrução do Judiciário.

Dentre os objetivos do termo firmado, está recuperar valores alusivos aos tributos municipais em benefício do cidadão e da cidadã da cidade de Timon (MA), cidade situada no leste da região do Maranhão, com população estimada de 167.973 mil habitantes conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018.

O promotor de Justiça José Márcio Maia Alves explica que a mediação tributária funcionará como método de solução de conflitos após a fase inicial de instrução.



Assinatura do termo aconteceu na sede do TJMA

“O Ministério Público recebe notícias de fraudes tributárias e de sonegações. Os procedimentos são instruídos dentro da Promotoria e, com todos os elementos de convicção, que comprovam as irregularidades, o promotor ou a promotora de Justiça chama as pessoas que são investigadas para fazer

as mediações tributárias e solucionar o conflito”, exemplificou o promotor. Participaram da assinatura do Termo, o desembargador Raimundo Bogéa; os juízes auxiliares da Presidência, Nilo Ribeiro Filho, Anderson Sobral e Márcio Brandão e o diretor-geral do TJMA, Carlos Anderson Ferreira.